

22 MAI 1985

Assembleia Constituinte: o cronograma do governo, sem "atropelos".



Cardoso, líder do governo no Congresso, foi tomado pelo próprio presidente José Sarney, na reunião de ontem do Conselho Político do governo. Mesmo assim, Gastone Righi, líder do PTB, fez-se de furioso durante toda a tarde de ontem: "Subsistem as solertes, espúrias e torpes motivações do período totalitário".

A expectativa do governo é a de que as emendas Righi e Goldman sejam rejeitadas dia 12 de junho, por falta de quorum para aprovação, sendo encaminhadas ao arquivo. Logo em seguida chegará a proposta do Palácio do Planalto, que deverá ser votada no segundo semestre, sem regime de urgência.

Se a emenda Righi não contivesse algumas imperfeições ou fosse possível corrigi-las no plenário, o governo poderia encaminhar logo a sua proposta, para tramitar junto com a do deputado — ponderou Fernando Henrique.

O líder do governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), foi mais severo: "A emenda Righi apresenta imperfeições insanáveis, pois seu texto não pode mais ser modificado no plenário, tendo em vista que já recebeu parecer (contrário) da respectiva comissão mista".

Só caberia emenda supressiva — continuou — o que iria piorar a questão. A proposta do deputado estabelece "poderes especiais" à Constituinte, que deve ter plenos poderes. Constituinte que não pode ser livre na ação e soberana na decisão não pode ser chamada de Constituinte.

Pimenta censurou a emenda, ainda, por estabelecer que a Constituinte acumulará a competência e atribuições do Congresso, "o que não é correto", insistindo na soberania que precisa ter. E criticou a proposta por considerar membros da Constituinte, automaticamente, os senadores eleitos em 1982.

A iniciativa do Executivo — concluiu Pimenta — não causa desprestígio ao Congresso e apenas reflete o interesse específico do governo por uma questão importante e que faz parte do compromisso da Aliança Democrática.

O pacto

Segundo os participantes da reunião do Conselho Político — os senadores Fernando Henrique Cardoso, Humberto Lucena e Carlos Chiarelli, deputados Pimenta da Veiga e José Lourenço, além do ministro José Hugo Castelo Branco e do presidente Sarney —, o cronograma estabelecido prevê, antes de tudo, contatos do governo com a liderança de todos os partidos, por se tratar de uma questão de interesse nacional.

Nesses contatos, mantidos preferencialmente pelo próprio presidente José Sarney, se buscará a consolidação do regime democrático, como parte do pacto político em fase de elaboração.

Para não repetir "velhas práticas do antigo regime", que costumava atropelar iniciativas de autoria parlamentar, roubando-lhes as teses e idéias, o governo não enviará mais seu projeto de convocação da Constituinte ao Congresso nos próximos 15 dias. Esperará, primeiro, serem votadas as emendas dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Alberto Goldman (PMDB-SP), o que ocorrerá dia 12 de junho.

A iniciativa de "não atropelar a emenda Righi", segundo o senador Fernando Henrique

Não se trata, especificamente de apoio ao governo — insistiu Fernando Henrique —, mas sim à sociedade brasileira, pois a consolidação da democracia e a elaboração da nova Constituição correspondem ao interesse de toda a Nação. Todos os setores políticos serão ouvidos, o desejo é de um grande debate nacional em torno da Constituinte.

Uma das idéias apresentadas na reunião de ontem no Planalto, de autoria do ministro Castelo Branco, do Gabinete Civil, é firmar o pacto político em torno de reformas que facilitem o trabalho da Constituinte. Assim, os parlamentares tratariam imediatamente da supressão dos artigos da Constituição que tratam das emergências; decurso de prazo e decretos-leis, bem como a revogação pura e simples da Lei de Imprensa, revisão da Lei de Segurança Nacional e da Lei de Greve.

Com isso, os constituintes não precisarão perder tempo com o óbvio, abrindo-se espaço para o verdadeiro debate constitucional a se travar sobre a ordem econômica e a ordem social, o funcionamento dos poderes da União e os direitos e garantias individuais.

O senador Fernando Henrique pensa até que por haver algumas questões a resolver como a situação dos senadores eleitos em 1982, não há pressa no envio da emenda da convocação da Constituinte ao Congresso. "A Constituinte somente será eleita em 86 e ninguém duvida que isso acontecerá." O deputado Pimenta da Veiga acha que o governo não deve agir na defensiva, mandando a proposta para o Congresso antes do dia 12 de junho, por causa da emenda Righi. "Não haverá qualquer problema no envio posterior. Ninguém tem o direito de duvidar que a Aliança Democrática vai cumprir o compromisso de convocar a Constituinte. Não devemos agir pressionados por esta ou aquela iniciativa."

Pressa

Ao contrário dos líderes governistas, os deputados José Genoíno (PT-SP) e Floriscento Paixão (PDT-RS) estão com pressa e já nervosos com a hesitação do governo em suas propostas de pacto político. Para Genoíno, a ausência de definições e movimentação do governo já comprometeu irremediavelmente sua proposta, impedindo o passo seguinte, que seria o pacto social.

Para Floriscento Paixão, José Sarney e Ulysses Guimarães precisam trabalhar logo para realizando o pacto político, ainda conseguirem chegar a um pacto social "capaz de atenuar de maneira significativa os desajustes e desníveis que caracterizam a sociedade brasileira neste momento".

Dois turnos

O Conselho Político do governo debateu também a questão da eleição municipal em dois turnos, e, segundo o líder Pimenta da Veiga, a tendência é pela fixação nessa fórmula. No entanto, algumas particularidades poderão ser estudadas, como a adoção dos dois turnos apenas para as cidades com maior número de eleitores.

O assunto será estudado hoje em reunião da Executiva Nacional do PMDB, onde a tendência também é — segundo o presidente Ulysses Guimarães — adotar os dois turnos generalizadamente, apesar da resistência do PDS e do PTB.

O PFL apóia os dois turnos com restrições, porque acredita que surgirão problemas em pequenos municípios. O PT é a favor. No PDT, o líder Nadyr Rossetti é a favor, mas o governador Leonel Brizola é contra.

Se, houver um consenso até o próximo dia 30 de maio, o Congresso poderá desde já regulamentar as eleições de novembro nas capitais e municípios que readquiriram autonomia.